

INDIVIDUALIDADE E TOTALIDADE COMO ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO NO SERVIÇO SOCIAL*

Márcia Pastor**

Introdução

Nos últimos anos, temos visto as temáticas “individualidade” e “subjetividade” emergirem no debate acadêmico e profissional.

No mundo contemporâneo, onde os apelos ao “individualismo” e ao “subjetivismo” são constantes, pensamos ser pertinentes as discussões acerca da individualidade humana e gostaríamos de socializar algumas reflexões advindas de nossa inserção no Serviço Social, profissão cuja intervenção implica um contínuo processo de reflexão-ação.

Os profissionais de Serviço Social, além de atuarem na implementação de políticas públicas e de benefícios sociais, interagem cotidianamente com o ser social, seja enquanto classe social demandatária de diversos serviços sociais, seja como indivíduos portadores do direito de se desenvolverem nas diversas dimensões da existência humana.

Um esboço contendo uma sucinta compreensão sobre o ser social encontra-se no início deste artigo, seguido de comentários sobre o mesmo assunto a partir dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, de Karl Marx.

* O presente artigo reproduz reflexões contidas na dissertação de Mestrado “Resgatando a Individualidade na Militância: Análise de uma Experiência com Militantes Populares da Região de Campo Limpo – São Paulo”, defendida em 1997 junto à PUC-SP.

** Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (PR) e Mestre em Serviço Social pela PUC-SP.

Acerca da temática individualidade, encontramos atualmente inúmeras contribuições nas Ciências Humanas, principalmente em torno das discussões sobre o que se ousou chamar de “reificação do sujeito”. Entretanto, o que vimos em muitos artigos foi a subjetividade ser tratada como um problema conceitual, sobre o qual se trava um debate eminentemente epistemológico. Por sua vez, a individualidade é apresentada como totalmente desvinculada de todas as determinações estruturais (objetivas) que a produzem, como se a existência do indivíduo não estivesse inserida num contexto histórico-político determinado.

A estas abordagens não conseguimos referir o conteúdo concreto da prática profissional que temos acumulado. Em nosso esforço de análise, entendemos ser difícil conciliar sugestões quanto ao tratamento da subjetividade e da individualidade que partam de pressupostos, a nosso ver, não assentes sobre as bases da realidade da qual fazem parte os sujeitos sociais com os quais atuamos em nosso cotidiano profissional.

Por isto, optamos pelas interpretações do antropólogo italiano Massimo Canevacci, que trata a individualidade humana na perspectiva da totalidade, sem desvinculá-la da noção de classe social. Entendemos que tal abordagem, contida na terceira parte deste texto, aproxima-se mais das preocupações que emergem de nossa prática.

Ressaltamos que não tivemos a pretensão de fazer um estudo teórico sobre a referida temática, que certamente constituiu-se objeto de outros renomados escritores marxistas (em especial, dos seguidores da Escola de Budapeste). Nosso intuito consiste em pautar a fértil discussão teórica sobre a individualidade na realidade concreta dos indivíduos que somos e dos indivíduos com os quais convivemos, determinados pelas condições histórico-políticas.

1. Aportes para a compreensão sobre ser social

A premissa básica da qual partimos consiste no entendimento de que o ser social é tanto objetivo como subjetivo

e está em relação constante consigo mesmo, com a natureza e com os outros homens.

Na sua individualidade singular, o ser social constitui uma totalidade onde estão presentes as dimensões da subjetividade e da objetividade de maneira indissolúvel e em relação inequívoca com outras totalidades.

Ao mesmo tempo que é um ser singular, é um ser de relações em processo de desenvolvimento. Sua atuação no mundo e seu desenvolvimento são determinados pelas condições sócio-históricas, culturais e econômicas. Numa relação dialética, também este ser contribui e determina essas condições quando intervém coletivamente, isto é, com outros homens.

O ser social no seu conjunto (sociedade) é constituído por essas relações que os homens mantêm entre si e com a natureza, mediadas especialmente pelo trabalho.

O que singulariza esse ser social é a maneira como as condições sociais, econômicas e culturais postas pela sociedade rebatem na sua individualidade. Os homens são determinados social e historicamente, mas a maneira como percebem, captam e vivem essas determinações é que os particulariza.

A constituição e expressão de sua individualidade, de sua totalidade, é tanto objetiva quanto subjetiva, e tais dimensões convivem dialética e contraditoriamente. Ao se expressar, o ser humano objetiva a sua subjetividade, materializando-a e, ao mesmo tempo, subjetiva a objetividade. O que se manifesta, o que aparece, porém, é a sua objetividade.

Na sua convivência cotidiana, entretanto, o homem – este ser singular particularizado – pode deixar ou não fluir seus sentimentos, seus desejos, suas opiniões mais íntimas etc. Ele pode, desta forma, alijar parte de sua subjetividade, não deixando-a expressar-se nem para si, nem para os outros.

É importante compreender, portanto, que a subjetividade é uma dimensão que compõe o ser social; ela se faz presente (se expressa) com maior ou menor ênfase nas diversas ações humanas, conforme as condições externas e internas possíveis.

Se, como vimos até aqui, o ser social na sua singularidade é uma totalidade, dotado das dimensões objetiva e subjetiva, cabe registrar que ele vivencia isto nas várias esferas de sua existência, como, por exemplo, no trabalho, na cultura, na vida familiar, na religião, no lazer, na vida política, nas relações de amizade etc. Também aqui ele pode privilegiar uma destas esferas ou desenvolver-se mais em uma delas, de acordo com suas necessidades, opções ou oportunidades. Quem de nós não conhece pessoas que se dedicam ardorosamente ao trabalho, ou à militância política, deixando em “segundo plano” a família, quiçá o próprio descanso?

Embora sendo uma condição inerente ao gênero humano, vivenciar de maneira mais rica, mais equilibrada ou mais inteira estas dimensões (objetiva e subjetiva) e as próprias esferas da existência, constitui-se, a nosso ver, uma exigência e um direito para todos os homens, mesmo para aqueles que ainda não têm supridas suas necessidades materiais básicas, representando esses grande parte do contingente que atendemos em nossos espaços profissionais.

2. O indivíduo como ser social e como totalidade: as afirmações de Karl Marx nos Manuscritos de 1844

Tal compreensão sobre o ser social não é nada recente. Dentre os diversos autores aos quais poderíamos nos reportar, destacamos Karl Marx e em especial seu texto “*Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*”, onde podemos buscar vários elementos que contribuem para esta fundamentação.

Nos “*Manuscritos*”, Marx contesta frontalmente a visão da “economia nacional” da época (entenda-se: da burguesia capitalista) de que ao operário bastava apenas o suficiente para sobreviver, para repor suas forças físicas de modo que ele pudesse continuar a trabalhar. Não se considerava que os homens – no caso, os operários – tivessem outras necessidades, outros aspectos de sua existência vivenciados em seu tempo livre de trabalho:

... ele (o economista nacional) reduz a necessidade do operário ao mais necessário e lastimável sustento da vida física; (...) o homem não tem nenhuma outra necessidade, nem de actividade, nem de fruição; (...) ele calcula a vida (existência) mais indigente possível como padrão e efectivamente como padrão universal (...) ele faz do operário um ser insensível e sem necessidades (...) cada luxo do operário aparece por isso como condenável” (MARX, 1993, p. 131).

A supressão, no homem, de dimensões que são inerentes à própria existência humana, faz com que Marx denuncie com veemência:

... A economia nacional, esta ciência da riqueza, é por isso (...) uma ciência realmente moral; a mais moral de todas as ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as necessidades humanas, é a sua tese principal (idem).

Ao elaborar sua crítica à economia nacional e a este modelo de organização sócio-econômica que rouba a vida de tantas pessoas, Marx, além de analisar brilhantemente temas como trabalho alienado, propriedade privada e capital, explica também a relação intrínseca entre homem e natureza: o homem é, ele mesmo, parte da natureza, assim como os outros homens; os seus meios de vida dependem dela; enfim, o homem só pode criar, só pode produzir, a partir da própria natureza.

Sendo parte da natureza, o homem é também um ser social, genérico (Idem, p. 66); um ser que se objetiva e, no entender de Marx naquele tempo, é no trabalho que encontra uma forma privilegiada de objetivação; é no trabalho que o homem também se apropria da natureza (Idem, p. 73).

Porém, sua objetivação torna-se alienada, pois na lógica capitalista o homem não consegue realizar-se pelo seu trabalho: o objeto, o produto dele não pertence ao operário, é apropriado por outrem. O trabalho torna-se, assim, trabalho alienado, que se constitui a essência da propriedade privada.

Nos “Manuscritos” é demonstrado, de maneira como são

profundas as consequências do trabalho alienado: ao provocar-se no operário a alienação do produto do seu trabalho, provoca-se também sua alienação dos outros homens e, em decorrência, aliena-se a própria essência humana (Idem, p. 68-9).

Por isto, para Marx a propriedade privada é o principal mal a ser combatido pelo operariado – e isto deve ser uma tarefa não apenas teórica, mas uma tarefa real, prática. Ele aponta o comunismo como a “supressão positiva da propriedade privada”, como a supressão da alienação; portanto, como a possibilidade de regresso do homem à sua essência humana (Idem, p. 92-3).

O sentido do social é tão forte que, já na parte dos ‘Aditamentos’ dos “*Manuscritos*”, ao comentar as associações como um dos meios para chegar ao comunismo, Marx reconhece que os homens ali reunidos (com um objetivo determinado, o comunismo) apropriam-se do valor da associação, da sociedade, e passam a tê-las também como necessidade, como necessidade humana; assim, a associação torna-se um fim, uma possibilidade de realização, de concretização de uma necessidade (Idem, p. 136-7).

A sensibilidade em compreender o ser humano na sua particularidade, como objetividade e subjetividade, aparece claramente nesta obra de Marx:

O indivíduo é o ser social. (...)

O homem – por muito que seja portanto um indivíduo particular e, precisamente, a sua particularidade faz dele um indivíduo e uma comunidade (Gemeinwesen) individual real – **é tanto a totalidade, a totalidade ideal**, a existência subjectiva para si da sociedade sentida e pensada como também existe na realidade, quer como intuição e fruição real da existência social quer como uma totalidade de exteriorização humana de vida” (1993, p. 95, grifos nossos).

Assim, vemos claramente que Marx já concebia o ser social como totalidade que possui a objetividade e a subjetividade como dimensões inerentes ao próprio ser humano.

3. Discutir a individualidade na perspectiva da totalidade: a contribuição de Massimo Canevacci

Dentre as diversas bibliografias consultadas sobre a temática em tela, queremos destacar que encontramos especial contribuição para a discussão sobre individualidade no antropólogo italiano Massimo Canevacci, especialmente em sua obra *“Dialética do Indivíduo”*, publicada inicialmente em 1974. Este antropólogo aborda a perspectiva da “totalidade”, tanto em termos das determinações sócio-político-econômicas, como na compreensão sobre o próprio indivíduo.

Ao enfatizar a articulação do indivíduo com a classe social, tomando por base os *“Grundrisse”*, de Karl Marx, este autor não nega nem desconsidera a importância da categoria classe social, como fazem tantos outros estudiosos contemporâneos.

Entretanto, Canevacci alerta para a necessidade de “evitar riscos”, ou seja, de não “alucinar a crítica da economia política” e de não absolutizar a classe social em detrimento do indivíduo, do homem concreto, em suas determinações específicas de raça, de sexo, de cultura etc.

Resgatando a discussão filosófica sobre o indivíduo, o antropólogo menciona diversas interpretações existentes e posiciona-se pela concepção do indivíduo, enquanto produto histórico – tomando por base a obra de Marx – no entendimento da indivisibilidade do ser – referenciando-se a Adorno e Horkheimer – e na compreensão da própria individualidade também como um produto da sociedade – conforme Adorno.

Menciona, ainda, a dialética entre “autoconsciência do indivíduo” e “autoconsciência social”, possível na medida em que se tome consciência dos outros indivíduos e principalmente da “substância secreta que legitima o reconhecimento da individualidade para alguns e a exclui para outros: a propriedade” (Canevacci, 1984, p. 9).

É neste ponto que o autor vai demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo procura suprimir a noção de indivíduo e de individualidade para as classes trabalhadoras.

Os excluídos do “espírito vivificador” (da propriedade privada) não são considerados indivíduos; são os “sem-sujeito”, os “não-ser”, ou, quando muito, são tidos como mercadoria, como a mercadoria força-de-trabalho:

“Com esta chave de interpretação, torna-se claro por que não foi possível identificar com o conceito de indivíduo, durante inteiras épocas históricas, as crianças, os negros, os pobres, os escravos, as mulheres, os marginalizados, os trabalhadores assalariados...” (Canevacci, 1984, p. 9).

Obviamente, a ideologia burguesa contribuiu para a consolidação desta visão criando “justificações internalizáveis pelos excluídos” e procurando explicar, nesta ótica, a existência da delinquência, da preguiça, da anormalidade, etc.

Canevacci exemplifica ainda o grau de profundidade das dicotomias implementadas pela ideologia dominante em sua determinação de impedir a apropriação da individualidade por todos os não-indivíduos, através da atribuição de significados diferentes ao indivíduo, ao sujeito e à pessoa:

... o homem singular foi decomposto em várias partes. De todas elas, o *indivíduo* é a parte mais pobre e egoísta, que resume tudo o que se refere à esfera psicológica-sensitiva do homem... . Enquanto isso, o *sujeito* foi caracterizado, tanto pelo idealismo como pelo senso comum, como sendo uma qualidade humana que funda as grandes categorias transcendentais do ser e do conhecimento... . Ao contrário, a *pessoa* foi referida ao indivíduo enquanto titular de direitos... (Idem, p. 11, grifos do autor).¹

¹ Por isto, o autor justifica o termo que utiliza: “Se preferi o conceito de indivíduo, isso dependeu do fato de querer privilegiar o que foi – e ainda é – considerado como a parte mais marginalizada e explorada do ser singular” (Idem, p. 12).

Mas, com toda essa opressão das individualidades ou mesmo com a “falsa ilusão” sobre a individualidade e a liberdade burguesas (como a livre-concorrência, por exemplo), Canevacci afirma que são exatamente estes excluídos, estes “sem sujeito” os que podem colocar em pauta o resgate da individualidade:

... só os tradicionais excluídos da individualidade reivindicam a possibilidade de retomar a expansão da subjetividade, em conexão com seus específicos modos de ser: o indivíduo-operário, o indivíduo-mulher, o indivíduo-estudante, o indivíduo-outro. O que era para Marx, e até hoje ainda o é, a negação do capitalismo, a classe operária (...) tende a compreender os outros não-indivíduos, todos os excluídos tradicionais de sempre (Idem, p. 29).

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de reprodução social da existência (onde podemos inserir, dentre outros aspectos, a organização da classe operária em suas diversas formas), assistimos ao florescimento de abordagens diferenciadas para a questão da individualidade.

Além das críticas dirigidas ao pólo capitalista, o autor italiano não poupa críticas às esquerdas políticas que também excluíram o indivíduo em função da centralidade da noção de “classe social”: “a classe ou o povo não podem fagocitar o indivíduo, nem ser habituadas a ignorá-lo” (Idem, p. 14).

Como antropólogo, aponta que há diferenças, diversidades e especificidades dentro de uma mesma classe que não podem ser forçosamente uniformizadas ou unificadas. Esse é um erro essencial de compreensão – e, portanto, de condução – por parte daqueles que postularam a construção de uma nova forma de organização social:

A tentativa de definir como autonomia proletária o conjunto unificado das autonomias específicas é duvidoso e inaceitável, não apenas porque tem escasso poder de esclarecimento com relação à atual fase mas também porque parece aceitar como já unificadas todas as especificidades, sem conflitos no seio dos excluídos ... (Idem, p. 38).

Enfim, no entender deste autor, as esquerdas também não foram capazes de perceber a pertinência da discussão sobre individualidade realizada, na maior parte do tempo, pelos intelectuais pequeno-burgueses. Sem analisar as diferenciadas interpretações, limitaram-se a criticá-la como individualismo. Na mesma perspectiva, atribuíram “a subjetividade *tout court* como fenômeno pequeno-burguês. Como se costuma dizer, junto com a água suja foi jogada fora a criança” (Idem, p. 27).

Ao fazer suas críticas tanto à direita como à esquerda, Canevacci propõe a necessidade de incorporar a perspectiva da totalidade, dizendo que a “fundação materialista da subjetividade” deve passar por uma redefinição que considere tanto as análises de ordem estruturais quanto as de ordem naturais (ou culturais) da estratificação de classes, pois uma não anula e nem supera a outra:

... O ponto de vista mais avançado, neste sentido, é o que não hipostasia a separação entre estrutura e superestrutura, ou que não reduz mecanicamente essa àquela; mas é o ponto de vista que aborda ambas essas esferas em sua constante relação dialética, enquanto transformação recíproca ... (Idem, p. 20).

Ou seja, o indivíduo não pode mais ser considerado exclusivamente em função da determinação econômica; ele sofre, vivencia e se objetiva também em outras esferas da vida.

Por isso, ao considerar os desafios do mundo contemporâneo, este autor é veemente ao afirmar que hoje não se fazem mais plausíveis bandeiras de luta (dos setores excluídos, populares) que visem somente os aspectos materiais da existência:

... A transformação global no modo de produção e de vida no capitalismo tardio não pode mais se resumir na palavra de ordem da socialização dos meios de produção ou na inelutabilidade do socialismo independentemente da vontade dos homens; essa palavra de ordem se torna mística e irresponsável se, depois da experiência soviética e chinesa, não for articulada com o destino da totalidade do indivíduo, com o seu fortalecimento em contradição com os valores mutilados, que se constituíram em épocas inteiras de divisão do trabalho e de genealogia da civilização (Ibidem, grifos nossos).

No campo da superestrutura, mais uma vez é pontuado o papel da ideologia no sentido de limitar a ascensão das classes populares e da própria consciência de classe, e porque não dizer, de podar até a utopia, o sonho destes “não-indivíduos” de um dia virem a ser e, mais ainda, de virem a construir uma nova sociedade: visões deterministas, doutrinas religiosas, princípios morais, etc., sempre tentaram justificar a privação da individualidade, conduzir à naturalização da pobreza e ocultar as diferenças e especificidades de gênero, de raça, de religião e políticas.²

É exatamente nesta relação dialética que se inserem estes indivíduos: vítimas da alienação e ao mesmo tempo os únicos sujeitos com potencial para superar a mesma; vistos enquanto uniformidade, mas portadores de uma riqueza dada pela sua diversidade e especificidade; destinados ao isolamento, mas profundamente imbricados na relação com seus pares, como sustenta o antropólogo italiano:

Tão-somente a solidariedade e o reconhecimento da recíproca exclusão da condição de sujeito - para os operários, as mulheres, os desviantes, os indivíduos diferentes – pode realizar a autonomia individual e organizar suas recíprocas articulações ... (Idem, p. 36).

Mas Canevacci considera que tal processo é permeado também por conflitos e contradições, tanto para o âmbito da classe trabalhadora, como para os próprios indivíduos. Por isto, resgata da tese final de Adorno e Horkheimer, em “*Dialética do Iluminismo*”, a noção de “sacrifício de si”:

... o sujeito senhor de si produz simultaneamente sua afirmação e sua autodestruição, já que todo o desenvolvimento, assim como a gênese da “civilização” e do mundo burguês, está fundado no sacrifício de si (Idem, p. 33, grifos do autor).
E retira da própria fonte citada:

² Na verdade, não só a superestrutura, mas “a política, a mística e a produção se aliam sagradamente para domar, para dobrar a estrutura pulsional individual e de classe às exigências da ideologia e da acumulação” (Idem, p. 31).

Enquanto o sacrifício implicar a antítese entre indivíduo e coletividade, o engano estará objetivamente implícito no sacrifício (Adorno–Horkheimer apud Canevacci, 1984, p. 33).

Ao adotar a perspectiva da totalidade do indivíduo, o organizador da *“Dialética do Indivíduo”* defende que a libertação deverá ser feita em várias instâncias e não apenas no campo econômico (embora este seja um fator decisivo). Ele propõe o entendimento de “autonomia individual e de classe” para estes novos tempos:

... nas sociedades de capitalismo mais que maduro, a autonomia do indivíduo afirma a construção de sua própria constituição em sujeito universal não apenas em relação ao atual modo de produção; mas exprime, além disso, a exigência de realizar instâncias de libertação e de felicidade do conjunto dos indivíduos que foram até agora excluídos da subjetividade oficial. É uma autonomia relativa à totalidade da organização social, cultural e psíquica do vivido... (Canevacci, 1984, p. 36).

Há, portanto, que conceber novas maneiras de organização social que contemplem as individualidades e as várias esferas e dimensões da vida, estando sempre atentos para “captar as formas sociais e individuais nas quais se prefiguram materialisticamente a tendência às futuras relações sócio-individuais” (Idem, p. 38). E este processo deverá ser construído no cotidiano e em “múltiplas frentes”.

Entendemos que a *“Dialética do Indivíduo”* aponta elementos importantes para a discussão sobre individualidade, pois propõe de modo ousado (porque crítico) a articulação entre indivíduo e classe, de forma a não desconsiderar a individualidade e as especificidades de cada indivíduo, de cada ser social. Não descarta a importância das determinações econômicas na vida dos indivíduos, mas afirma exatamente aqueles que sempre foram os excluídos da sociedade burguesa como sujeitos potenciais da recriação da individualidade e da “expansão da subjetividade”, numa perspectiva mais ampla de libertação.

Considerações Finais

Como cada um de nós, indivíduos singulares particularizados, expressamos nossas subjetividades? É fácil fazê-lo? Conseguimos expressar nossas reais intenções e emoções com constância?

E compreender a manifestação objetiva das subjetividades dos outros? E, quando este outro é o sujeito social com o qual atuamos em nosso exercício profissional?

Certamente, a vivência de situações como estas pode ser bastante difícil, mas reflete a necessidade de atentarmos mais profundamente para a questão das individualidades com as quais lidamos no nosso dia a dia, procurando cada vez mais captar a totalidade do ser social.

O esforço de materializar as subjetividades, de socializá-las e discuti-las, pode ser até mesmo doloroso, mas nem por isso deixará de constituir-se fonte de enriquecimento para os indivíduos que se aventurarem nesta empreitada.

... Essas objetivações são essenciais ao desenvolvimento da subjetividade do homem na medida em que lhe desvendam limites e se constroem a partir do compartilhar de objetivações de outros sujeitos. A apropriação de objetivações que se constroem socialmente e que fazem parte da riqueza cultural da humanidade é característica central do humanismo marxiano e condição para a construção da individualidade e subjetividade do homem como ser social (Yazbek, 1996, p. 71).

Reconhecemos que vivemos um momento de aprofundamento da miséria social, onde se torna cada vez mais difícil o atendimento das necessidades básicas da existência.

De maneira alguma se questiona a pertinência da luta por condições dignas de vida. Entretanto, mesmo diante desta imensa exigência, entendemos que não podemos cair numa visão reducionista ou parcial sobre o ser social. Não podemos considerar o homem apenas como exterioridade, pois esta não é a única dimensão de sua existência: há outras necessidades humanas que

também precisam ser consideradas e supridas para que se possa propiciar o enriquecimento do ser social.

Neste sentido, se o homem é um ser singular e genérico, objetivo e subjetivo, se ele é naturalmente assim composto, o desafio está em vivenciar de maneira mais rica todos estes aspectos.

Sem dúvida, há um longo caminho a trilhar que consiste em romper com o dualismo que opõe objetividade e subjetividade, matéria e espírito, indivíduo e coletivo, e, aos poucos, reconhecer que somos todas estas dimensões.

Note-se, pois, que não estamos entendendo que a totalidade seja um estágio a ser alcançado. A totalidade se faz, se constitui enquanto vai sendo descoberta, apreendida, construída, vivenciada – ela é um processo e uma aprendizagem também.

Por fim, no âmbito do Serviço Social, mais uma vez reiteramos a necessidade de continuarmos aprofundando as reflexões sobre a ontologia do ser social, a fim de compreendermos, cada vez mais, os sujeitos com os quais atuamos, já que:

... trata-se de um homem complexo, síntese de múltiplas determinações, logo pluridimensional, multifacético. Um homem que precisa ser apreendido criticamente, na complexidade concreta e histórica das mediações que estabelece com outros sujeitos sociais e grupos sociais particulares, permeadas pelas determinações de classe e pelos cortes de gênero, raça/etnia, geração e outras relações estabelecidas em um contexto onde a categoria totalidade é central (Bonetti et al, 1996, p. 15).

Que as reflexões aqui expressas, ainda restritas, possam motivar ou provocar muitas outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, Dilséa Adeodata et al - *Serviço Social e Ética*. São Paulo : Cortez/CFESS, 1996.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética do Indivíduo* . 2. ED. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1984.

MARX, Karl. *Manuscritos Económico-Filosófico de 1844*. Lisboa : Edições Avante!, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1996.